

MOVIMENTO
ERRADICAR
A POBREZA

PETIÇÃO Nº 1383/X III/1ª

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 553200
Classificação 15.01.1.1.1
Data 21.06.2016

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. à DSAIS

A/C Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Lisboa, 21 de junho de 2016

O Movimento foi recebido nesta
data pelo Sr. V. C. Presidente, de-
putado José Jaime Pires, seu
representante do S. R. S. R.
21 Jun 16

Assunto: Entrega de petição

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em representação do Movimento Erradicar a Pobreza juntamos 7062 (sete mil e sessenta e duas) assinaturas de apoio à petição pública que lançamos, visando a discussão pela Assembleia da República desse flagelo que afeta mais de dois milhões de portugueses residentes em território nacional, para que os deputados assumam as responsabilidades que lhes foram atribuídos através dos votos que os elegeram, dando as respostas necessárias dentro do âmbito das suas competências.

Aproveitamos para fazer a entrega de um pequeno dossier de apresentação do nosso Movimento, onde constam o apelo que definiu os seus princípios e orientações de ação, a lista dos subscritores que lhe deu origem e um documento de análise da pobreza em Portugal apresentado ao nosso II Encontro Nacional.

Para a eventualidade de haver interesse em conhecer melhor a nossa atividade, juntamos o endereço do nosso blogue.

Com os melhores cumprimentos,

Pelo Núcleo Dinamizador do Movimento Erradicar a Pobreza

Deolinda Carvalho Machado
José Maria Bento Sousa
José Luiz Vale Rego Mendes

Documentos

- Apelo de fundação do Movimento Erradicar a Pobreza**
- Lista dos subscritores do Apelo**
- Avaliação da pobreza em Portugal apresentada ao II Encontro Nacional do MEP (21/5/2016)**

MANIFESTO/APELO

É NECESSÁRIA UMA EFECTIVA ERRADICAÇÃO da POBREZA, PARA UMA SOCIEDADE JUSTA E VERDADEIRAMENTE SOLIDÁRIA

É o meu apelo, é o nosso apelo. O apelo de pessoas que diariamente intervêm em diferentes áreas sociais, em permanente contacto e confronto com os dramas e os anseios de milhares de portugueses e das suas famílias.

A todo o momento somos confrontados com o desemprego de famílias inteiras, a fome e a miséria, a proliferação de baixos ordenados e reformas, os salários em atraso, os sucessivos cortes de salários, pensões e prestações sociais, o aumento das rendas de casa, as crescentes dificuldades de acesso a cuidados médicos e na aquisição de medicamentos, a emigração forçada de filhos e outros familiares para conseguirem sobreviver.

Sentimo-nos violentados e em conflito com a nossa formação e os valores de justiça social que ela comporta, perante o fomento do individualismo, em detrimento da promoção do bem colectivo. Verificamos os múltiplos casos de crianças com fome, o crescente abandono escolar e o regresso ao trabalho infantil.

Sentimo-nos violentados e em conflito com a nossa formação e os valores de justiça social que ela comporta, quando verificamos a proliferação dos casos de prostituição em resultado do desemprego e do agravamento das desigualdades sociais.

Este é, por isso, o apelo de quem recusa ficar indiferente. Há cerca de 3 milhões de pessoas que vivem no limiar da pobreza numa autêntica espiral de empobrecimento que se alastra a novos segmentos da população portuguesa.

Já não basta ter trabalho e auferir o respectivo salário ou reforma, após uma vida de trabalho e de descontos, para evitar o empobrecimento e a pobreza.

Este é, por isso mesmo, o apelo e o protesto de quem recusa que a pobreza e a exclusão social sejam uma fatalidade para a maioria da população, e a riqueza uma bênção que apenas chega a alguns.

Este é também o apelo e o protesto de quem recusa assistir ao progressivo definhamento de Portugal, ao agravamento das assimetrias regionais e territoriais e ao crescente envelhecimento da população, fruto da emigração das jovens famílias ou das constantes dificuldades em as constituir, em resultado da acentuada degradação das condições de vida e de trabalho e das desigualdades sociais.

Somos pessoas que acreditam e têm esperança. Somos pessoas que procuram ser solidárias na vida e na prática. Por isso, recusamos ficar parados e acomodados perante o afundamento do nosso País.

Este é o apelo de quem acredita e luta pelo bem comum e pela humanização da sociedade.

O apelo de quem acredita que é necessário e possível um novo Rumo para o País, no respeito pela Constituição da República Portuguesa, onde as prioridades sejam o pão e os direitos de quem trabalha, a produção e a justa distribuição da riqueza, o direito ao trabalho, ao salário, à educação, à saúde e à segurança social públicas, universais e solidárias, e que são parte integrante e inalienável dos direitos humanos e do progresso social.

II Encontro Nacional do Movimento Erradicar a Pobreza Porto, 21 de maio de 2016

Por uma estratégia nacional de erradicação da pobreza

1. A persistência da pobreza

"Onde a pessoa humana está condenada a viver na miséria, os direitos humanos são violados. Unir-se para os fazer respeitar, é um dever sagrado". Estas palavras são do Padre francês Joseph Wresinski, filho de pai polaco e mãe espanhola, que viveu a pobreza, na sua meninice, e com a pobreza, combatendo-a, nos arredores de Paris.

Estas palavras estão gravadas numa laje inaugurada em Paris, em 17 de outubro de 1987, aquando de uma concentração com mais de cem mil pessoas, correspondendo ao apelo do Padre Wresinski, pela erradicação da pobreza e pelo respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana. Tal acontecimento deu origem mais tarde à celebração do dia 17 de outubro como jornada mundial para a erradicação da pobreza, reconhecida oficialmente pela Organização das Nações Unidas em 1992.

Uma réplica desta lápide está em Lisboa na rua Augusta, antes de chegar ao Arco. Foi inaugurada em 17 de outubro de 1994, numa reunião de "cidadãos defensores dos direitos humanos" que prestaram homenagem às vítimas da fome, da ignorância e da violência, afirmaram a sua convicção de que a pobreza não é fatal e proclamaram a sua solidariedade com os que lutam através do mundo para a eliminar.

Mais de duas décadas depois, continuam atuais as palavras gravadas na pedra. A pobreza é um fenómeno persistente e que se agravou nos últimos anos.

Na semana passada, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, relativos a 2014. Esse inquérito dá conta que o limiar de pobreza, ou linha de pobreza relativa, que corresponde a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, foi de 5.061 euros no ano, ou seja de 422 euros por mês.

Naquele ano, 19,5% da população residente estava em risco de pobreza, mantendo-se no valor estimado para 2013.

O risco de pobreza afetava principalmente grupos mais vulneráveis da população que têm maiores taxa de pobreza: as famílias monoparentais, 90% das quais encabeçadas por mulheres (34,6%); as famílias com 3 e mais crianças (37,7%); as famílias unipessoais idosas, na sua maioria composta por mulheres (26,8%); os desempregados (42,0%), os menores de 18 anos (24,8%).

De acordo com dados publicados pelo INE, 27,5% da população portuguesa estava em risco de pobreza ou exclusão social, em 2014, o que correspondia a mais de 2,8 milhões de pessoas. Na sua maioria eram mulheres, perfazendo mais de 1,5 milhões, o que representava 28,1% das mulheres residentes em Portugal.

Por outro lado, quase meio milhão de pessoas mantêm-se na pobreza, apesar de trabalharem. Ter um emprego deixou de ser um fator de isenção em relação à pobreza, devido ao reforço da componente de baixos salários do modelo económico dominante durante o período de austeridade e à fragilização das relações laborais durante aquele processo.

Se é certo que o desemprego constitui um importante fator causador de pobreza, não podemos ignorar que hoje ter emprego não significa estar fora de situação de pobreza. Há milhares de portugueses com emprego e habitação que vivem (ou sobrevivem) em situação de pobreza e com muitas privações, devido aos seus parcos rendimentos.

Num quadro económico e social gerador e perpetuador de pobreza no nosso país, são componentes essenciais: a crescente precarização do emprego, os baixos salários e a sucessiva desvalorização dos mesmos; os baixos valores das pensões e prestações sociais; o ataque ao Estado Social e as suas consequências em dimensões fundamentais como o acesso à educação, à saúde e à habitação. O aumento das rendas de casa, as crescentes dificuldades de acesso a cuidados médicos e à aquisição de medicamentos e a emigração forçada constituem também componentes do quadro social gerador de pobreza.

Segundo o estudo "Transformar o emprego para erradicar a pobreza", publicado pela Organização do Trabalho (OIT) este mês, o problema da pobreza persistente não se resolve apenas pela transferência de rendimento: são necessários mais e melhores empregos (com qualificação e proteção social), para conseguir erradicá-la.

As condições de vida de três milhões de portugueses não são compatíveis com uma existência digna, configurando uma clara violação de direitos humanos.

É necessária e urgente a definição e aplicação de uma estratégia e de um plano nacional de erradicação da pobreza, participado e mobilizador, que contenham medidas e políticas públicas que ataquem as raízes da pobreza e contribuam para a sua erradicação.

A pobreza é uma violação dos direitos humanos.

Erradicá-la é um imperativo nacional!

2. A pobreza no feminino

Considerando apenas o risco de pobreza, mais de 1,1 milhões de mulheres viviam em situação de pobreza, em 2014, correspondendo a 20,1%, contra 18,8% para os homens.

A pobreza é um flagelo social preocupante. A pobreza no feminino é um flagelo social muito preocupante. As mulheres constituem a maioria da população pobre e, com frequência, elas são as pessoas mais pobres entre os pobres.

Diversos estudos académicos realizados ao longo da última década, têm demonstrado que as mulheres são mais vulneráveis à pobreza do que os homens, dada sua maior fragilidade na esfera laboral (precariedade laboral, salários mais baixos e desemprego de longa duração) e o seu grande peso na população não ativa (domésticas e outros inativos). Entre as mulheres o grupo mais frágil são as idosas, porque, apesar de terem uma maior longevidade, vivem com menos qualidade de vida, devido ao isolamento e a uma série de patologias e ao facto de terem reduzidas prestações sociais.

Um quotidiano difícil tanto na esfera laboral, como no contexto familiar, onde são as principais prestadoras de cuidados a elementos progenitores e/ou a crianças mais pequenas, filhos ou netos.

3. A pobreza e a política de austeridade

A situação de pobreza piorou ao longo dos últimos anos, sobretudo após a assinatura do acordo com a Troika, em 2011 e a implementação de políticas de austeridade, traduzindo-se num agravamento das condições de vida da população e num processo de empobrecimento que afetou largos sectores da população.

O forte agravamento do desemprego, os cortes efetuados nos rendimentos do trabalho e nas pensões e a redução das transferências sociais (abono de família, rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos) traduziram-se num acentuar de situações de pobreza e de exclusão social.

Entre 2009 e 2014, a taxa de pobreza aumentou de 17,9% para 19,5%, e a taxa de pobreza feminina passou de 18,4% para 20,1%.

Nesse período os mais pobres perderam um em cada quatro euros que recebiam. Foram quem teve o corte mais brutal, com os indicadores de pobreza e exclusão social a regredirem para o início do século.

Para isso terão contribuído decisivamente as mudanças que aconteceram no Rendimento Social de Inserção (RSI), com redução do número de beneficiários (de 400 mil 2010, para 275 mil em 2013 e cerca de 150 mil atualmente). Em apenas três anos (entre 2010 e 2013) a intensidade da pobreza aumentou 30% e um em cada três pobres perdeu o acesso ao RSI. A retirada do RSI às famílias resultou num aumento da intensidade da pobreza das crianças em 44%.

Os últimos anos foram prova provada que o recuo das políticas sociais em tempo de crise económica e social, quando elas se revelavam mais necessárias, constituiu um fator de empobrecimento e de fragilização da coesão social.

4. O combate à pobreza

A abordagem dos problemas da pobreza e exclusão social em Portugal tem sido fortemente condicionada por uma ideologia ligada ao assistencialismo e a medidas imediatistas que não contribuem para a erradicação da pobreza.

Por outro lado, a perceção social da pobreza continua a ser limitada, reduzindo-a às situações de miséria e de indigência, o que tem dificultado a consciencialização do problema e a necessária mobilização social para o seu combate.